



"Quão Díficil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

12 de Dezembro de 2011



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



RESUMO AUDIÊNCIAS CHEFES MILITARES À ANS



Foram comuns as matérias que a Associação Nacional de Sargentos apresentou a todos os Chefes Militares, na ronda de audiências com carácter de urgência que solicitou, que numa situação inédita até hoje tiveram pronta resposta, e que se concretizaram nas seguintes datas:

- CEMGFA - 17OUT2011
- CEME - 18OUT2011
- CEMFA - 18OUT2011
- CEMA - 03NOV2011

De entre outras questões, as matérias abordadas mais relevantes foram as seguintes:

- O repúdio pela imagem negativa das Forças Armadas (FFAA) promovida pela Comunicação Social acerca da publicação dos relatórios da Inspeção Geral de Finanças na sequência das auditorias efectuadas aos três Ramos. Expressões como "ilegalidades" e "irregularidades" são inaceitáveis quando está em causa uma instituição que é um dos pilares da democracia, a Instituição Militar, quando os Ramos nada mais fizeram que a aplicação da legislação em vigor, e que apesar dos sucessivos pedidos de esclarecimento por escrito à tutela política, a única resposta verbal que obtiveram foi um lacónico "vão fazendo..."! Reafirmámos aos diversos chefes militares que não permitiremos que se lance um manto de lama sobre o bom nome das Forças Armadas Portuguesas, até porque temos a convicção que as Forças Armadas não cometeram ilegalidades, no que houve a concordância das chefias militares.
- Manifestámos também a nossa estranheza pelo facto de, em pleno Agosto de 2011, o Sr. Ministro das Finanças, Vítor Gaspar, vir à televisão anunciar ao País que, como primeira medida de salvação económica, os militares passariam a ter as suas progressões e progressões congeladas. Se o Sr. Ministro não sabia que os militares estavam congelados desde JAN11 é ridículo; se o sabia e mesmo assim o afirmou daquela maneira, então é preocupante.
- Deixámos ainda bem claro que não aceitaremos qualquer medida legislativa resultante do Despacho Conjunto dos ministros da Defesa e das Finanças, que preconiza alegadas "correções" às supostas ilegalidades e irregularidades derivadas de progressões e arrastamentos, operadas durante a transição para a Tabela Remuneratória Única. Desde Agosto de 2009 que vimos alertando para o facto do Decreto-Lei 296/09, ainda na sua fase de projecto, ser demasiado vago nalguns aspectos e potenciador de injustiças gritantes noutros

aspectos, cavando ainda mais o fosso entre as diferentes categorias de militares. Em Dezembro de 2009 apelámos aos Órgãos de Soberania para que suspendessem a eficácia deste Decreto-Lei até o mesmo ser expurgado de todas as incorrecções e potenciais injustiças, de balde... Os Ramos nada mais fizeram que, dentro das “omissões regulamentares” existentes neste diploma, reconhecidas no próprio texto do Despacho Conjunto, e dada a falta de um tantas vezes solicitado despacho interpretativo da tutela, aplicar a integração no novo sistema de forma coerente e sincronizada, da forma mais favorável para o seu pessoal, permitida pela letra da Lei. O Ministro da Defesa, que ao reconhecer esta “armadilha” começou por afirmar publicamente que, por isso, o anterior Governo devia um pedido de desculpas às FFAA, não pode agora pretender que afinal quem deve desculpas são os militares.

- Quisemos também colher informação junto dos Chefes, uma vez que já o havíamos feito junto dos Ministro da Defesa, Secretário de Estado da Defesa e Director Geral de Recrutamento e Pessoal Militar, sobre os persistentes rumores que circulam em Ministérios, Parlamento e Unidades Militares acerca de possíveis alterações ao regime de Reserva.
- Por outro lado, certos discursos que têm surgido com tendência a fundir e misturar os conceitos de Defesa Nacional e Segurança Interna também nos levantam algumas preocupações, que não quisemos deixar de transmitir. A missão constitucional das Forças Armadas Portuguesas é a Defesa Militar da Nação e o serviço público de apoio às populações!

AUDIÊNCIA COM O SR. GENERAL CEMGFA

- Afirmou ter lutado muito contra a implementação das despesas de representação através da aprovação e aplicação dum diploma sobre remunerações, entendendo que estas afectam a coesão, pelo facto de serem exclusivas para alguns oficiais. Enquanto CEMGFA acha que não deveria receber despesas de representação.
- Não concorda com o congelamento das promoções. Promover gerais, sem promover os demais oficiais, sargentos e praças é profundamente demolidor da coesão e da disciplina.
- Não tinha conhecimento de qualquer trabalho a decorrer sobre alterações aos regimes de reserva e reforma.
- Afirmou entender e aceitar que as Associações têm que fazer o que têm que fazer. Solicitou contudo que as acções de rua previstas não ponham em causa a dignidade das FFAA nem a condição militar, alertando as APM para a importância dessa conduta.
- “Com este CEMGFA os militares não vão para a rua bater no povo”. Não há qualquer hipótese de os militares participarem em manobras de repressão popular.

AUDIÊNCIA COM O SR. GENERAL CEME

- Repudiou o relatório final da IGF e o Despacho Conjunto MDN/MDF, embora reconheça que o Exército vai ser obrigado a implementar algumas medidas, alegadamente correctivas.
- Manifestou-se extremamente preocupado pela capacidade operacional do Exército quase anulada face à suborçamentação e posteriores cortes anunciados.

- Confessou-se extremamente preocupado com a situação económica e social do seu pessoal, face aos cortes vividos e anunciados, preocupação materializada no conhecimento directo e na forma de missivas, de muitos militares incapazes de manterem os seus compromissos económicos actuais.
- Vê com bons olhos todas as iniciativas das APM desde que cumpram a Lei.

AUDIÊNCIA COM O SR. GENERAL CEMFA

- Não concorda com o Despacho Conjunto MDN/MDF.
- Não conhece alterações em curso à Reserva e Reforma.
- Está preocupado que os cortes orçamentais previstos para o próximo ano possam por em causa algumas das missões da Força Aérea.
- Não concorda com manifestações públicas de militares e o que espera das Associações são propostas construtivas para as FFAA.

AUDIÊNCIA COM O SR. ALMIRANTE CEMA

- A principal preocupação reside nos congelamentos das promoções porque provoca distúrbios na operacionalidade.
- AS FFAA estão destacadas na Constituição da República. A Condição Militar, conferida pela Constituição Portuguesa, não tem sido devidamente acautelada. A estrutura das FFAA necessita de hierarquia para que a disciplina permaneça em função efectiva.
- O Conselho de Chefes não aceita que apenas existam promoções de Generais e Almirantes.
- Na Armada, independentemente do que acontecer, não haverá reposições remuneratórias de militares em posições remuneratórias inferiores às que estão actualmente.
- Podem acontecer algumas regressões, não sendo aceitável que aconteça alguma inversão.
- A insatisfação é geral e transversal a todos os postos das FFAA.
- Não tem conhecimento de trabalhos relativos a alterações da Reserva e da Reforma. Nunca ninguém referiu o aumento da idade de reforma.
- Não se mostrou nada preocupado com a iniciativa das Associações para 12NOV11, por estar convicto que será cumprida a Lei.
- Está preocupado com a situação económica e familiar do seu pessoal. O militar tem que estar pronto para ir para qualquer lado, e deixar a família para trás, o que impede o apoio mútuo como forma de superar dificuldades, ao contrário do que acontece na restante administração pública.

CONCLUSÕES

Desta ronda de audiências com os CEM, a Direcção da ANS conclui o seguinte:

- Destaca como positiva a aceitação institucional da actividade sócio-profissional das APM por parte dos CEMGFA, CEMA e CEME (só o CEMFA colocou reservas, embora afirmasse que espera por propostas construtivas). É uma vitória. E esta é uma mudança ligada não só ao momento

difícil que as FFAA atravessam, mas também à postura digna e tenaz que as associações, nomeadamente a ANS, sempre demonstraram em todas as iniciativas que levaram a cabo na defesa da Condição Militar. Mesmo as iniciativas de rua.

- Apesar de todos os CEM terem negado haver intenções nesse sentido, vemos com preocupação a existência de constantes e renovados rumores sobre alterações às condições de passagem à situação de Reserva e/ou Reforma. Sublinha-se que também a tutela negou haver quaisquer planos com esse objectivo.
- Quando às consequências do Despacho conjunto dos ministros da Defesa e das Finanças, sentimos que, embora os CEM as considerem injustas, há uma propensão para as aceitar como inevitáveis, numa postura de minimização de danos. Em todas as audiências a ANS afirmou rejeitar quaisquer regressões ou inversões nos vencimentos, mesmo que o que esteja em causa seja apenas afectar um único militar!
- Os CEM partilham com a ANS a convicção de que a suborçamentação continuada, por um lado, e a suspensão de promoções e progressões por outro, poderão colocar em causa a operacionalidade das FFAA.
- Registamos que todos os CEM afirmaram ter conhecimento da precária e degradante situação financeira de muitos dos seus comandados e respectivas famílias. Reconhecem que esse factor poderá por em causa a coesão e a disciplina no seio das FFAA.

A Direcção

Lisboa, 12 de Dezembro de 2011